



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , DE 2023
(Do Sr. Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre a garantia de US\$ 600 milhões a exportações para a Argentina via Corporação Andina de Fomento – CAF.

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seja convocado o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre a garantia de US\$ 600 milhões a exportações para a Argentina via Corporação Andina de Fomento – CAF.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com diversos veículos de mídia, o candidato à presidência da Argentina e atual ministro da Economia, Sergio Massa, após visita ao Brasil, comunicou o fechamento de acordo entre os dois países no valor de US\$ 600 milhões, com o objetivo de financiar exportações brasileiras para o país vizinho.

Esse acordo, próximo das eleições nacionais argentinas, demonstra um claro apoio ao candidato esquerdista de Kirchner, que tem a chancela do presidente do Brasil e está em total desvantagem no cenário eleitoral argentino.



Acerca disso, reside um motivo evidente para se questionar o ministro da Fazenda sobre as reais intenções desse reforço financeiro na economia argentina, que possui péssimos índices para honrar pagamentos de créditos no futuro.

Em maio de 2023, a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, discursou no aniversário de independência do país, oportunidade em que tratou da dívida da Argentina com o FMI, sugerindo que haja união nacional e que o acordo com o órgão internacional seja deixado de lado. Na prática, a solução de Cristina seria um “calote”.

Segundo ela: *“Se nós não deixarmos de lado esse acordo imposto pelo FMI, será impossível pagar. Se acham que vamos conseguir pagar a dívida com commodities, esqueçam. Elas também acabam regulando os fluxos financeiros e sempre arrumam um jeito para que sigamos devendo. Esse empréstimo foi político e a solução foi política”*¹.

E, após isso, a crise econômica na Argentina ganhou um novo capítulo, no qual o ministro da Economia e principal candidato da situação à presidência do país, Sergio Massa, firmou um novo acordo para o pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 28 de julho de 2023.

Mesmo com o acordo, o dinheiro não chegaria a tempo de pagar os débitos com o fundo, entre o final de julho e agosto, na casa dos US\$ 2,6 bilhões. Dessa maneira, a fim de evitar um novo calote, uma modalidade de empréstimo emergencial com organizações multilaterais — entre elas, a Corporación Andina de Fomento (CAF) — no valor de US\$ 1 bilhão foi apresentada pelo governo brasileiro para salvar a candidatura de Sergio Massa, ligado ao “kirchinismo”, na Argentina.

No encontro de cúpula do grupo BRICS realizado na África do Sul, o ministro da Fazenda apresentou uma possibilidade de que a Argentina efetue o pagamento pela aquisição de mercadorias brasileiras em *yuan*, a moeda oficial da China. Conforma relatou a imprensa brasileira, nos termos da proposta, a Argentina procederia com os pagamentos relativos às suas importações de produtos brasileiros por meio do yuan. Posteriormente, o Banco

¹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/cristina-kirchner-defende-calote-em-divida-impagavel-da-argentina-com-o-fmi/>



do Brasil, localizado em Londres, efetuará a conversão da moeda chinesa para a moeda nacional brasileira, o real.

Atualmente, a Argentina passa por uma escassez de dólares. Mesmo assim, a garantia das exportações envolverá cooperação entre o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF).

Em outros termos, o dinheiro do pagador de impostos está sendo usado novamente para ajudar aliados políticos que podem perder o mandato em outro país latino-americano.

Enquanto isso, o atual governo fez um corte de R\$ 708 milhões na proposta de Orçamento para 2024 da verba para combate à criminalidade, o que representa uma redução de 31,5%².

Diante do exposto e tendo em vista o risco de não cumprimento do acordo em razão da crise financeira que a Argentina enfrenta, bem como uma série de fatores que assinalam que essa operação envolve mais proximidade ideológica em ajudar aliados políticos para se manterem no poder do que viabilidade econômico-financeira, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento de convocação do ministro da Fazenda.

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2023.

Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

² Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/governo-corta-r-708-milhoes-da-verba-para-combate-a-criminalidade-no-orcamento-2024-09092023>.

